INFÂNCIA E NEOLIBERALISMO: O ESSENCIALISMO DO SUJEITO NA TEORIA DO CAPITAL HUMANO

CHILDHOOD AND NEOLIBERALISM: THE ESSENTIALISM OF THE SUBJECT IN THE THEORY OF HUMAN CAPITAL

INFANCIA Y NEOLIBERALISMO: EL ESENCIALISMO DEL SUJETO EN LA TEORÍA DEL CAPITAL HUMANO

Mateus Lorenzon[1]
Rodrigo Saballa de Carvalho[2]

RESUMO
Neste artigo, aborda-se a relação entre infância e neoliberalismo a partir da Teoria do Capital Humano. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual se examinam autores que se dedicam à Teoria do Capital Humano, cotejando-os com discussões acerca do neoliberalismo e as suas implicações antropológicas na contemporaneidade. Em tal perspectiva, argumenta-se que as crianças, na sociedade contemporânea, são tomadas como objetos de investimento ou um nicho de mercado a ser explorado nas relações de consumo. Com base nessas duas unidades de análise, discorre-se sobre as concepções neoliberais de infância, identificando como ela se apoia em um saber neurocientífico. Fundamentado nisso, demonstra-se que a infância neoliberal representa um retorno a uma percepção metafísica e essencialista de homem, na qual o sujeito é reduzido a um ente que estabelece relações concorrenciais com seus pares. Dito de outra forma, para os Estudos da Infância, representaria um retorno a uma infância grafada no singular. Indica-se ainda o intento neoliberal de formação de um neossujeito, na medida em que os investimentos pragmáticos na infância exigem uma renúncia dos fazeres autotélicos e do presente, bem como prenunciam a fragmentação dos laços de solidariedade necessários para a manutenção da coesão social e de modos de vida democráticos. Conclui-se que essas implicações reverberam na agenda de pesquisa dos Estudos Sociais da Infância, uma vez que evidenciam a necessidade de um olhar antropológico.
PALAVRAS-CHAVE: infância; neoliberalismo; Teoria do Capital Humano.

ABSTRACT
This article addresses the relationship between childhood and neoliberalism, based on the Theory of Human Capital. Methodologically, this is a bibliographical research, in which authors related to the Theory of Human Capital are examined, comparing them with discussions about neoliberalism and its anthropological implications in contemporary times. From this perspective, it is argued that children, in contemporary society, are seen as objects of investment or a market niche to be explored in consumer relations. Based on these two units of analysis, the neoliberal conceptions of childhood are discussed, identifying how they are supported by neuroscientific knowledge. From this, it is shown that neoliberal childhood represents a return to a metaphysical and essentialist perception of man, in which the subject is reduced to an entity that establishes competitive relations with its peers. In other words, for Childhood Studies, it would represent a return to a childhood written in the singular. The neoliberal attempt to form a new subject is also indicated, insofar as pragmatic investments in childhood require a renunciation of autotelic actions and the present, as well as foreshadow the fragmentation of the bonds of solidarity necessary for the maintenance of social cohesion and democratic ways of life. It is concluded that these implications reverberate in the research agenda of the Social Studies of Childhood, as they highlight the need for an anthropological perspective.
KEYWORDS: childhood; neoliberalism; Human Capital Theory.

RESUMEN
En este artículo se aborda la relación entre infancia y neoliberalismo, a partir de la Teoría del Capital Humano. Metodológicamente, se trata de una investigación bibliográfica, en la que se examinan autores que se dedican a la Teoría del Capital Humano, comparándolos con las discusiones sobre el neoliberalismo y sus implicaciones

[1] Universidade de Passo Fundo (UPF), Brasil. Orcid: 0000-0001-9402-5820.
[2] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Orcid: 0000-0002-8899-0998.

antropológicas en la época contemporánea. Desde esta perspectiva, se sostiene que los niños, en la sociedad contemporánea, son vistos como objetos de inversión o un nicho de mercado a explorar en las relaciones de consumo. A partir de estas dos unidades de análisis, discutimos las concepciones neoliberales de la infancia, identificando cómo ésta se fundamenta en el conocimiento neurocientífico. Con base en esto, se sostiene que la infancia neoliberal representa un retorno a una percepción metafísica y esencialista del hombre, en la que el sujeto se reduce a una entidad que establece relaciones competitivas con sus pares. Es decir, para los Estudios sobre la Infancia, representaría un retorno a una infancia escrita en singular. También se indica el intento neoliberal de formar un neosujeto, en la medida en que las inversiones pragmáticas en la infancia exigen una renuncia a las acciones autotélicas y presentes, además de presagiar la fragmentación de los lazos de solidaridad necesarios para el mantenimiento de la cohesión social y de los modos de vida democráticos. Se concluye que estas implicaciones repercuten en la agenda de investigación de los Estudios Sociales de la Infancia, ya que resaltan la necesidad de una perspectiva antropológica.
PALABRAS CLAVE: infancia; neoliberalismo; Teoría del Capital Humano.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um dos axiomas fundamentais das pesquisas com crianças na contemporaneidade é o reconhecimento da infância como uma produção social, cultural e histórica. Essa compreensão, elaborada a partir dos estudos iconográficos de Ariès (2011) e dos Estudos Sociais da Infância, tem uma abrangente implicação, na medida em que evidencia que o modo de se relacionar com as crianças não é ineficaz às mudanças na macroestrutura econômico-social. Logo, a *transdução*, isto é, as mudanças articuladas entre as diferentes economias – política, simbólica, mercantil e semiológica (Dufour, 2008) –, reconfigura as relações interpessoais. Em tal perspectiva, a infância não é considerada extemporânea, mas sim transversalizada pelos vetores que caracterizam uma sociedade e cultura em determinado período histórico.

A segunda implicação do axioma enunciado é a compreensão plural de infância, pois a existência de uma ampla diversidade de culturas envolve um conjunto diverso de modos e práticas de se relacionar com os sujeitos infantis. Ademais, mesmo em grupos sociais homogêneos, as crianças realizam processos de *Reprodução Interpretativa* da cultura (Corsaro, 2011), ou seja, agem ativamente para interpretar, produzir e, posteriormente, incorporar ao coletivo as produções individuais. Os Estudos da Infância caracterizam-se, dessa forma, por um viés pluralista, pois evidenciam a heterogeneidade da infância, e otimista, uma vez que identificam uma possibilidade de ressignificação por parte das crianças dos elementos da *mass media* e da cultura adulta.

Esse duplo viés assumido pelos Estudos da Infância parece diferenciar-se dos prognósticos pessimistas de *unidimensionalidade do homem nas sociedades industriais capitalistas* (Marcuse, 2015). Com isso, encontra-se subjacente à perspectiva otimista de compreensão da infância, o reconhecimento de que residia nos sujeitos infantis e nas ações e interações lúdicas e autotélicas as possibilidades de resistência à anulação da diversidade e da

singularidade decorrente das mudanças econômicas na sociedade contemporânea. Diante disso, este artigo posiciona-se de forma crítica à visão excessivamente otimista das possibilidades de resistência infantil às mudanças decorrentes da economia mercantil e à transdução das diferentes esferas da existência humana.

Concordamos com Dalbosco (2021) quando argumenta que o neoliberalismo é um dos vetores característicos da sociedade atual. Nessa direção, compreendemos que, em sua face contemporânea, os pressupostos neoliberais não se restringem a uma *teoria econômica ou, ainda, a uma política de Estado* (Dardot; Laval, 2016), mas se tornam uma racionalidade hegemônica[3] e, como tal, passam a *transversalizar, regular e governar as diferentes dimensões da vida humana* (Dardot; Laval, 2016; Laval, 2020).

Corroborando o argumento, Alemán (2016) identifica que, diferentemente das proposições econômicas vigentes até então, o neoliberalismo contempla, de forma explícita, uma dimensão pedagógica, isto é, um conjunto de estratégias e mecanismos visando a formação do sujeito necessário para a manutenção e a consolidação do sistema e de suas prerrogativas sem que haja proposições contra-hegemônicas. De fato, há um exercício ativo do neoliberalismo para a subjetivação do indivíduo, que se apoia em uma *compreensão essencialista de homem* (Charlot, 2020; Lorenzon; Cenci, 2024a).

Diante do exposto, o entendimento de que a infância é uma produção cultural, social e histórica, como argumentado por Ariès (2011), requer analisá-la frente à racionalidade neoliberal. Nesse viés, urge questionarmos as concepções de infância subjacentes aos pressupostos neoliberais ou, ainda, as (im)possibilidades de os sujeitos infantis comportarem em si estratégias de resistência à racionalidade hegemônica. Para Casara (2021), as estratégias formativas neoliberais agem de modo a introjetar no âmbito subjetivo um conjunto de normas neoliberais. O sujeito decorrente desse processo tende à dessimbolização da linguagem e ao empobrecimento do imaginário (Lorenzon; Cenci, 2024b). Ademais, as mudanças estruturais, tais como as novas arquiteturas urbanas, permeadas por um clima permanente de insegurança e domiciliação do lazer, agem de forma a privar as crianças de espaços propícios à interação e à emergência de cultura de pares.

Reconhecemos, assim, que a relação entre infância e neoliberalismo é complexa e multifacetada, oferecendo aos pesquisadores um conjunto amplo de objetos de análise. Neste

[3] Fávero e Mikolaiczik (2024), ao adotar perspectiva similar acerca do neoliberalismo, evidenciam como as políticas públicas, inclusive as de formação de professores, são transversalizadas pela racionalidade econômica neoliberal. A corrosão na formação docente identificada pelos autores pode ser vista como uma consequência e como um vetor de perpetuação do pensamento hegemônico, na medida em que profissionais fragilmente formados tendem a aceitar os cânones vigentes.

artigo, problematizaremos a relação entre infância e neoliberalismo a partir da Teoria do Capital Humano. Para tanto, demonstraremos que o investimento no desenvolvimento de aptidões e competências economicamente rentáveis evidencia uma concepção neoliberal de sujeito e, sobretudo, de infância, na medida em que, antropologicamente, a reduz a um "vir a ser" produtivo. Ou seja, há um retorno a uma concepção essencialista de homem. O artigo, metodologicamente, caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, em que se examina a literatura acerca da Teoria do Capital Humano (Schultz, 1973a, 1973b; Harbison; Myers, 1965), cotejando-a com discussões sobre o neoliberalismo (Harvey, 2014; Casara, 2021) e as implicações da economia para a vida privada (Lebrun, 2004; Dufour, 2008).

Ressaltamos que o artigo está organizado em cinco seções. Após esta seção introdutória, realizaremos uma digressão sobre a Teoria do Capital Humano, recuperando autores basilares e articulando-a com a *Pedagogia do Desemprego* (Dowbor, 2020). Na sequência, abordaremos de que modo os sujeitos infantis se tornam objetos de investimento neoliberal por meio de políticas públicas ou iniciativas familiares, muitas das quais justificadas por um saber neurocientífico. Nas considerações finais do artigo, argumentaremos que a concepção essencialista de infância presente no neoliberalismo é perversa na medida em que exige uma renúncia do presente e dos fazeres autotélicos em nome de uma pretensa segurança futura.

TEORIA DO CAPITAL HUMANO E NEOLIBERALISMO

O entendimento de que a qualidade dos agentes, seja no âmbito da educação ou da saúde, era fundamental para o desenvolvimento econômico encontra-se subjacente na *obra germinal do liberalismo econômico* no século XVII (Smith, 1996). Entretanto, gradativamente, no período de consolidação do neoliberalismo, assistiu-se, em decorrência da predominância das manufaturas e da latente divisão ciência-técnica-capital, a uma maior ênfase em ações governamentais que priorizavam fatores objetivos, dentre os quais a acumulação de capital e a obtenção de matérias-primas. No século XX, autores, dentre os quais Schultz (1973a, 1973b) e Harbison e Myers (1965), recuperaram o pressuposto smithiano de que o capital humano correspondia a um aspecto basilar para o progresso nacional. Aos poucos, esse conceito se difundiu e passou a pautar as orientações de diferentes organismos econômicos internacionais, dentre os quais se destaca o Banco Mundial (1987, 1995).

A Teoria do Capital Humano refere-se, conforme Schultz (1973a), à compreensão de que a qualidade dos agentes humanos é fundamental para o desenvolvimento econômico de certa sociedade. Esse entendimento difundiu-se no mundo ocidental, em um contexto de rearranjo das forças produtivas, no qual a divisão social do trabalho, para além de procedimentos mecânicos, começou a exigir componentes intelectuais. Ademais, Schultz (1987) aponta uma correlação entre a pobreza e a qualidade dos agentes humanos, isto é, a formação e a qualificação profissional seriam aspectos determinantes para o sucesso econômico dos indivíduos. No âmbito epistemológico, Schultz (1973a, 1987) baseia-se em uma perspectiva não inata e determinista de desenvolvimento, ou seja, os agentes poderiam adquirir as habilidades e aptidões necessárias para uma integração eficaz nos sistemas produtivos. A esse respeito, Schultz (1987, p. 36) afirma que

> Embora exista ampla variedade de aptidões inatas, é conveniente admitir que nas populações grandes as distribuições destas aptidões costumam ser similares de um país para outro. Dando-se seguimento a esta presunção, infere-se que as diferenças de qualidade da população entre países são consequências das diferenças em aptidões adquiridas.

A compreensão desse *princípio epistemológico* presente na obra de Schultz (1987) é primordial, pois é a partir dele que o autor justifica a necessidade de investimento em educação: "a instrução é o maior investimento no capital humano" (Schultz, 1973b, p. 13). O argumento central do economista é que a escolarização "[...] responde por grande parte da melhoria da qualidade da população" (Schultz, 1987, p. 28), mas que o seu efeito somente pode ser obtido a longo prazo, isto é, como *um efeito safra* (Schultz, 1973a, 1973b). Tal visão prospectiva resulta em um entendimento de que a questão é a defesa dos investimentos em educação para que o sujeito desenvolva aptidões, informações e habilidades "com valor econômico" (Schultz, 1987, p. 38). Nesse viés, Harbison e Myers (1965) afirmam que a educação não é um gasto social, mas, sobretudo, um investimento.

Essa concepção da educação como um vetor de desenvolvimento econômico e objeto de investimento para a *formação de uma poupança de capital* (Schultz, 1973b) decorreu de uma lenta reconfiguração nos modos de compreender a escolarização. A linguagem econômica passou a transversalizar o campo econômico, na medida em que começou a buscar a eficiência e a otimização da aprendizagem das aptidões economicamente rentáveis. Ademais, a visão prospectiva da educação como investimento demanda que os currículos escolares sejam elaborados com base em uma prognose das necessidades futuras do sistema econômico. Assim, o ideal humanista de permitir que os indivíduos tenham acesso, por meio

da educação, a um repertório cultural, científico e artístico sistematizado pela humanidade foi substituído por um princípio econômico de promoção de habilidades e competências que podem "vir a ser" úteis.

O investimento para a formação de capital humano, conforme Harbison e Myers (1965), pode decorrer de três fontes distintas, a saber: a) investimentos governamentais a partir de prognóstico de necessidades econômicas futuras; b) investimentos das empresas na formação do quadro de funcionários; c) investimentos dos indivíduos em si mesmo, isto é, a autotransformação da pessoa em um *ativo humano* (Schultz, 1973a). A esse respeito, Schultz (1987) é categórico na elaboração de uma crítica às instituições públicas e governamentais, na medida em que elas funcionam como oligopólios. Assim, o economista manifesta sua preferência pela criação de políticas e de um aparato jurídico que fomentaria o autoinvestimento.

A Teoria do Capital Humano antecede a consolidação do neoliberalismo como uma política econômica (Harvey, 2014). Como doutrina econômica, os pressupostos neoliberais começaram a ser sistematizados na primeira metade do século XX, com a realização do Colóquio Walter Lippmann (1938) e da criação da Sociedade Mont-Pèlerin (1947) (Dardot; Laval, 2016). No contexto histórico da época, conforme expõem Harvey (2014) e Dardot e Laval (2016), as ideias neoliberais foram compreendidas como uma resposta intelectual ao advento do comunismo soviético e do regime totalitário alemão. Nesse aspecto, as obras de Hayek (2022a, 2022b) são ilustrativas, pois apresentam uma defesa irrevogável das liberdades individuais e uma crítica contundente ao intervencionismo estatal que invariavelmente resultaria na construção de uma sociedade servil. Para Hayek (2023a, 2023b), deve haver uma ênfase na necessidade de retração do Estado, reduzindo suas funções à garantia legal de um ambiente seguro para a ação do livre mercado.

A retração do Estado seria acompanhada da transferência de responsabilidades para o indivíduo, isto é, há um anseio para a refundação do próprio contrato social. No que tange à educação, por exemplo, Friedman (2021) é incisivo ao propor uma ampla reorganização, de modo que crianças e pais sejam tratados como consumidores, tendo poder de escolher as instituições que melhor convêm aos seus interesses e perspectivas econômicas. Assim, a lógica concorrencial passaria a orientar a organização das instituições de ensino e a necessidade de atrair consumidores, mobilizando as escolas a reformularem suas propostas para atender os anseios dos consumidores.

Os pressupostos neoliberais só se tornaram políticas econômicas a partir da década de 1970, de acordo com Harvey (2014), na medida em que houve uma busca em âmbito

internacional por sistemas de acumulação que permitissem a superação da estagflação que marcava o mundo ocidental. Dessa forma, as experiências neoliberais chilenas, norte-americanas e britânicas, em decorrência de múltiplos fatores, conforme argumenta Harvey (2014), tornaram-se modelos preconizados pelos organismos internacionais. No contexto brasileiro, as políticas neoliberais se intensificaram na década de 1990, em substituição ao modelo de industrialização por substituição de importações (Saad Filho; Morais, 2018). Por essa via, segundo Saad Filho e Morais (2018), a aplicação dos pressupostos neoliberais, entre os quais a redução de barreiras alfandegárias para o comércio internacional, resultou em um processo de desindustrialização do país e um aumento do desemprego e da informalidade.

Diante disso, consideramos ser importante observar que, no contexto neoliberal, o pleno emprego não é abordado como um objetivo para a organização do Estado. O desemprego é desejável, uma vez que, simbolicamente, comunica aos sujeitos o risco de descenso social. Desse modo, o desemprego, afirma Dowbor (2020), é um mecanismo pedagógico que permite a introjeção da normatividade neoliberal na classe trabalhadora. Concomitantemente à ascensão do desemprego, o neoliberalismo vale-se de um discurso meritocrático e de promessa de mobilidade social condicionada ao esforço individual. Nessa perspectiva, Silva, Souza Júnior e Oliveira (2022) afirmam que os diplomas escolares são apresentados como um recurso capaz de facilitar ou garantir a ascensão econômico-social por garantir um melhor "prêmio salarial de escolaridade".

Em síntese, o neoliberalismo agrega pressupostos da Teoria do Capital Humano, uma vez que reconhece o valor econômico das habilidades e aptidões dos agentes individuais para o desenvolvimento econômico. Segundo Filgueiras (2021), as narrativas provenientes do mercado econômico salientam a necessidade de formação de um sujeito flexível, capaz de adaptar-se às transformações da economia mercantil e *disposto a submeter-se à lógica concorrencial* (Laval, 2020). Como discutido no artigo, de fato há uma transferência da responsabilidade para o indivíduo em relação a sua autoformação e inserção no mercado econômico. Dito isso, na próxima seção, debateremos como o processo de investimento na formação de capital humano se desloca, gradativamente, do sujeito jovem-adulto para a criança desde a mais tenra idade.

A CRIANÇA COMO OBJETO DE INVESTIMENTO NO NEOLIBERALISMO

Na seção anterior, discutimos o conceito de capital humano como um conjunto de habilidades e aptidões economicamente úteis que podem ser adquiridas pelo indivíduo por

meio da instrução e da experiência profissional. Nesse sentido, em um contexto neoliberal, de acordo com Cenci (2020), há uma transferência de responsabilidade ao indivíduo, cabendo a ele reconhecer-se como um ativo financeiro e investir no autodesenvolvimento de modo a rentabilizar a própria mão de obra. Argumentamos ainda que o risco de descenso social ou a possibilidade de mobilidade econômica difundida concomitantemente às narrativas meritocráticas servem como mecanismos indutores para a introjeção dessa normativa e o consequente estabelecimento de relações concorrenciais com os seus pares. Dito de outra forma, tal como Alemán (2016), entendemos que a permanente insegurança do indivíduo frente ao futuro é uma estratégia eficaz de formação do neossujeito. Por essa via, argumentaremos, nesta seção, que o neoliberalismo, fundamentando-se em saberes neurocientíficos, transforma as crianças em um objeto de investimento a fim de obter maior rentabilidade econômica futura, cujo efeito é a transformação nos modos de concebermos a infância. Consequentemente, isso modifica a educação das crianças.

Como expusemos, o conceito de infância é social e culturalmente construído, não sendo extemporâneo. Corroborando o argumento de Gélis (2009) e Ariès (2011), entendemos que a sentimentalização da relação adulto-criança não é transcendente à humanidade, mas uma construção datada historicamente e que pode ser correlacionada com mudanças macroestruturais da sociedade.

Em consonância com Elias (2011), afirmamos que a infância, na modernidade, ocorre de modo concomitante com o desenvolvimento de um processo civilizador, no qual se almejava uma ampla mudança da moralidade. Nessa perspectiva, concordamos com Gélis (2009) que o sentimento de infância é decorrente do processo de constituição de um núcleo familiar e, posteriormente, da elaboração de um aparato institucional educativo. No entanto, esse processo é multifacetado e a sentimentalização das relações com as crianças se encontra associada a múltiplos fatores, dentre os quais as mudanças de ordem demográfica, como apontado por Ariès (2011).

Nessa direção, o reconhecimento da interrelação entre a emergência do conceito de infância e fatores macroestruturais (culturais, sociais, políticos e econômicos) é um indicativo da necessidade de atentar-se às mudanças e à transdução ocorrida entre as diferentes economias. Como tratado anteriormente, a hodiernidade caracteriza-se pela consolidação do neoliberalismo como uma *racionalidade hegemônica* (Dardot; Laval, 2016). Conforme Harvey (2014), o processo de transformação de uma doutrina econômica em política econômica e, posteriormente, em *razão-mundo* (Dardot; Laval, 2016) implica reconhecer que

todos os âmbitos e esferas da existência humana passam a ser transversalizados por princípios mercantis, como discutido por Dardot e Laval (2016) e Laval (2020).

No âmbito simbólico, de acordo com Sennett (2019), a consolidação da racionalidade neoliberal envolve uma fragmentação dos laços de solidariedade entre os indivíduos, bem como acelera o *desaparecimento das metanarrativas e dos grandes Outros* (Lebrun, 2008). Com isso, é inaugurado um estado de hiperatomização, derivado de referências morais e da exigência de "[...] nos sustentarmos no vazio, sem ponto de apoio transcendente" (Lebrun, 2008, p. 28). A ausência de um Outro capaz de instituir a alteridade, para Lebrun (2004, 2008), apresenta implicações significativas para o relacionamento familiar. Isso porque, conforme Lebrun (2008), há uma crise na legitimidade do poder paterno, isto é, os pais perdem o reconhecimento da legitimidade do poder e do dever de colocar interdições aos filhos. Assim, geracionalmente, vive-se um momento no qual os pais renunciam à tarefa de educar os filhos, por dificuldade de legitimar a sua função e pelo temor da perda do amor filial.

A compreensão pós-lacaniana de Lebrun (2008) possui consequências importantes para a elaboração de *prognósticos acerca da coesão social* (Carvalho, 2024). Entretanto, neste artigo, o nosso interesse recai na primazia atribuída ao amor parental e, consequentemente, à impossibilidade de estabelecer interditos aos desejos filiais. Essa percepção nos possibilita, por exemplo, discutir o processo de participação dos filhos na tomada de decisões sobre o orçamento familiar e, ainda, de acordo com Schor (2009), evidenciar a rápida transformação das crianças em um público almejado pela publicidade e o apelo ao consumo. Reconhece-se também que o desejo de ser amado permanentemente pelos filhos não se restringe ao presente, mas reverbera no futuro. Dito de outra forma, há uma preocupação parental permanente em garantir as melhores condições de vida material e ascensão econômica futura para a prole.

Essa preocupação familiar com o futuro dos filhos, aliada à perspectiva do indivíduo como objeto de autoinvestimento (Cenci, 2020) e à permanente insegurança diante das transformações no mundo laboral (Filgueiras, 2021), faz com que o investimento no desenvolvimento de habilidades e na aquisição de aptidões, antes focalizado nas etapas posteriores de escolarização e da vida, seja transferido para a educação das crianças desde a mais tenra idade. No entanto, esse processo não ocorre sem a existência de um conjunto de narrativas que o justifiquem e, sobretudo, descrevem a sua eficiência. Nesse aspecto, conforme discutido por Carvalho e Silva (2018), urge reconhecer que a infância, dentro de uma concepção neoliberal, é objeto de escrutínio de um saber oriundo de uma articulação

entre os saberes da economia e da neurociência.

A publicação da Academia Brasileira de Ciência intitulada *Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva* (Araújo, 2011) ilustra essa articulação. Na obra, Cunha e Heckman (2011), expoentes da defesa do investimento da infância, valem-se do conceito de plasticidade cerebral para argumentar que o investimento em programas de assistência e intervenção na mais tenra idade apresentam "alto retorno econômico" (Cunha; Heckman, 2011, p. 49). Diante disso, Carvalho (2016, p. 236) identifica que se cria uma narrativa acerca da "eficiência econômica da Educação Infantil e sua importância como solução dos diversos problemas de ordem econômica, política e social que afetam os países em desenvolvimento". Para que esse objetivo seja alcançado, Carvalho e Silva (2017) apontam que é necessária uma reconfiguração dos modos de trabalhar com as crianças. Entre as mudanças, destacamos a inserção de competências socioemocionais (Carvalho; Silva, 2017) e práticas de escrutínio das aptidões e habilidades infantis, a fim de identificar aquelas que poderiam ser potencializadas por investimento direcionado.

Conforme abordamos, os discursos da neurociência conferem legitimidade às intervenções precoces para otimizar o retorno do capital humano e, quando associados às instituições escolares, resultam na criação de uma neuroeducação. A fim de problematizar os saberes neurocientíficos associados à educação, Charlot (2020) argumenta que representam uma redução metodológica e uma simplificação antropológica. Em tal perspectiva, para Charlot (2020, p. 103), há um retorno a uma percepção essencialista do homem, quando afirma que:

> [...] a neuroeducação ignora completamente os efeitos sociais estruturais. As competências sociais que ela invoca são competências individuais que têm efeitos relacionais: atribuir estados mentais aos outros, controlar-se, ser eficaz em suas relações com pares e professores. [...] Esses efeitos podem ser academicamente positivos ou negativos, incluindo o da pobreza, que pode também ser fonte de uma mobilização acadêmica para ela sair, elas não são nunca redutíveis a processos neurocerebrais.

Na visão econômico-neurocientífica, a criança passa a ser entendida como um conjunto de processos neurobiológicos que poderiam agir de modo determinista. Essa simplificação presente nos estudos neurocientíficos com viés economicista e, consequentemente, na neuroeducação difunde-se no tecido social somado à preocupação dos familiares acerca do estatuto social e econômico futuro de seus filhos.

A ânsia pelo permanente amor filial, representado pela garantia de condições materiais de existência e segurança material futura, mobiliza os familiares a adotarem, em seus

relacionamentos cotidianos com as crianças, pressupostos neuroeducacionais de investimento precoce em capital humano. Tal entendimento se pauta, por exemplo, no número crescente de atividades extracurriculares que visam o desenvolvimento de competências esportivas valiosas, a aquisição de habilidades cognitivas rentáveis ou, ainda, a emergência de um amplo aparato de jogos e estratégias para otimizar a aprendizagem ou o escrutínio avaliativo permanente das aptidões infantis (Honoré, 2009). De fato, mesmo que esse conjunto de práticas de se relacionar com as crianças seja heterogêneo, identificamos que, subjacente a eles, se encontra uma preocupação com a otimização e o investimento na produção de capital humano das crianças.

Nesta seção, apresentamos como a razão neoliberal reconfigura as formas com que os adultos concebem a infância e, de modo correlato, a educação das crianças. Assim, identificamos que, na contemporaneidade, dois vetores ou fenômenos se tornam mais evidentes. O primeiro refere-se à descoberta da criança como um consumidor afetivo e capaz de participar ativamente nas negociações acerca do orçamento familiar. Por sua vez, o segundo vetor refere-se à percepção do sujeito infantil como uma etapa na qual o retorno do investimento em capital humano é mais eficiente. Dessa maneira, entendemos que, em ambos os casos, há uma simplificação antropológica em torno da criança, na qual ela passa a ser reduzida a uma dupla dimensão consumista/concorrencial que necessita de preparação e investimento para as etapas vindouras da vida.

Diante do exposto, na próxima seção abordaremos como essas mudanças no modo de compreender as crianças alteram significativamente a forma de se relacionar com elas. Isso implica entender que, mesmo que biologicamente a vida infantil permaneça similar, no âmbito cultural, há importantes reconfigurações que, em última instância, representam um retorno a uma concepção essencialista de homem.

A PERCEPÇÃO ESSENCIALISTA DE INFÂNCIA NO NEOLIBERALISMO

Em consonância com os Estudos da Infância, especialmente a obra de Ariès (2011), há uma diferença conceitual entre criança e infância. A primeira refere-se a uma etapa biológica do desenvolvimento humano que, conforme a legislação vigente no país (Brasil, 1990), engloba desde o nascimento até os 12 anos incompletos. Por sua vez, a infância refere-se a uma produção cultural, ou seja, engloba os modos e os sentimentos associados aos sujeitos na mais tenra idade. Conforme discutimos nas seções anteriores, o neoliberalismo, à medida que se constitui em uma *razão-mundo hegemônica* (Dardot; Laval, 2016), modifica como

entendemos as crianças e produzimos sentidos sobre a infância.

No decorrer deste artigo, designou-se essa nova relação com a infância como um retorno ou uma simplificação essencialista, uma vez que reduz os sujeitos infantis a um binômio investimento/consumo ou, ainda, a uma *comodificação da infância*, isto é, à transformação da criança em uma mercadoria (Carvalho, 2024). Diante disso, ignora-se a complexidade inerente à condição humana e enfatiza-se puramente as possibilidades de esse sujeito se inserir na lógica concorrencial necessária para a manutenção do sistema neoliberal. Diante disso, as nuances culturais, sociais e os peculiares modos de relacionar-se com o mundo são solapados pelo empreendimento de formação do *homo economicus* (Laval, 2020). Nesse viés, o homem é reduzido às suas possibilidades de consumo e de produção.

No caso da formação do neossujeito infantil, há uma mobilização de um conjunto de conceitos historicamente construídos, tais como autonomia e liberdade, mas de modo ressignificado, de forma a atender e legitimar o empreendimento neoliberal. A título de exemplo, cita-se o direito das crianças de participarem nas decisões políticas em diferentes instâncias da sociedade. Essa conquista, historicamente construída com base em uma aliança entre movimentos sociais e Estudos da Infância e consolidada no âmbito jurídico pela compreensão das crianças como sujeitos de direitos[4], assentou-se sobre o reconhecimento de que as percepções infantis sobre o mundo eram dotadas de valor e sentido. Se, no pensamento moderno, a infância era compreendida como minoritária em decorrência da necessidade de introjetar a norma/moral, a partir da obra rousseauniana (Rousseau, 2017) e das reverberações políticas dela decorrentes, reconhece-se que as normas podem ser construídas fundamentadas na liberdade do indivíduo.

Na perspectiva neoliberal, há uma reapropriação das discussões em torno dos direitos das crianças, nas quais os direitos passam a ser estendidos à liberdade do sujeito infantil em participar e adquirir. No entanto, há um entendimento negativo de liberdade, conforme Honneth (2015) e Gianetti (2007), como sendo a remoção de todo interdito do desejo ou a permissão para a busca pelo desejado, sem a reflexão sobre se o objeto almejado é desejável. Charlot (2020) aponta que a primazia do desejo sobre a norma é fundamental para a consolidação do neoliberalismo, na medida em que permite a inserção do indivíduo em um circuito de desejo de consumo. Nesse viés, segundo Lebrun (2008), a renúncia do dever de educar frente ao temor da perda do amor filial pode ser compreendida como uma deriva antropológica de interesse do neoliberalismo.

[4] No âmbito do ordenamento jurídico, destaca-se a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989), a partir da qual os países signatários adotaram políticas públicas visando a consecução dos direitos das crianças.

Destacamos que a transformação da participação e do protagonismo infantil – assentados em uma concepção de liberdade negativa – em um dogma não se restringe somente aos ambientes familiares e às instituições sociais marcados por relações de consumo. De fato, a narrativa de sobrevalorização do desejo e de ausência de reflexão acerca do desejável tem promovido modificações nas próprias instituições educacionais e nas relações pedagógicas. Nesse sentido, contemporaneamente, observamos a existência de práticas nas instituições e nas famílias que tendem a supervalorizar os interesses e as decisões infantis sob a justificativa de consecutar o direito à participação.

No caso das instituições escolares, a primazia dada ao desejo e à sua distinção da norma representam, conforme Charlot (2020), uma renúncia à antropedagogia. Com isso, adotam-se elementos historicamente legitimados, como a participação infantil, mas que, quando desarticulados de uma discussão antropológico-pedagógica, tornam-se vetores da formação de um *habitus* psíquico predisposto para o consumo.

Dessa forma, a transformação do sujeito infantil em consumidor opera a partir de uma reconfiguração no modo de compreender a infância. A concepção essencialista de criança como detentora de um estatuto epistemológico de minoridade – hegemônico na modernidade – é gradativamente substituída por uma percepção política e epistêmica de sujeito de direitos com perspectivas singulares de compreender o mundo. Na sociedade neoliberal, percebe-se um retorno ao essencialismo antropológico, na medida em que a singularidade do indivíduo é reduzida ao seu poder de compra. Com isso, especificidades culturais ou sociais são apenas reconhecidas e valorizadas conforme permitem um consumo personalizado.

Nesse sentido, observamos a mesma redução essencialista do conceito de infância ao passo que analisamos os investimentos em capital humano direcionados aos sujeitos infantis. Segundo Gohn (2012), a educação como um direito subjetivo, conquista histórica e decorrente de movimentos sociais, passa a ser compreendida, na hodiernidade, como investimento na formação de capital humano. Com isso, assiste-se, contemporaneamente, a uma reconfiguração das instituições e das práticas, tais como a emergência de um conjunto amplo de instrumentos de fomento à aprendizagem, não para garantir a perfectibilidade do indivíduo no sentido rousseauniano (Rousseau, 2017), mas para identificar e investir em um retorno financeiro futuro.

Desse modo, percebemos uma reorientação das políticas públicas cuja intenção é atender aos anseios das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, 2022), mobilizando a emergência, por exemplo, de iniciativas governamentais de ação na família por meio da leitura mediada com crianças (Carvalho, 2018) ou de programas de monitoramento

de desenvolvimento infantil ou de constituição de currículos escolares pragmáticos que, de forma gradativa, afastam o público infantil dos saberes culturais e literários historicamente sistematizados e que são desprovidos de fins utilitários. Nesse viés, as especificidades das diferentes infâncias não são compreendidas como constituintes da própria condição humana, e sim objeto de escrutínio e acompanhamento, a fim de identificar se ela não representa um risco para a maximização do investimento governamental ou familiar.

Diante do exposto, inferimos que a compreensão da infância, a partir do binômio consumo/investimento, representa o advento de uma concepção essencialista, na qual o sujeito é reduzido às suas possibilidades de aquisição ou rentabilidade. Por essa via, destacamos que os Estudos da Infância, na medida em que analisam os modos de se relacionar com as crianças em uma perspectiva plural e a compreendem como fenômeno multifatorial, oferecem subsídios importantes para que possamos problematizar o reducionismo na concepção de sujeito em curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo, discutimos como a infância tem sido concebida em um contexto neoliberal, a partir do conceito de Teoria do Capital Humano. Nesse sentido, argumentamos que, na contemporaneidade, há uma reconfiguração nos modos de se relacionar com as crianças decorrente da consolidação do neoliberalismo como uma *razão-mundo* (Dardot; Laval, 2016). A fim de garantir a sua hegemonia como sistema de acumulação, há um conjunto de mecanismos e estratégias que visam a introdução das normativas neoliberais nos sujeitos.

Expôs-se ainda que o desemprego e a insegurança permanente diante do futuro são compreendidas, na perspectiva neoliberal, como necessárias para a formação do neossujeito. Diante disso, a manutenção do estatuto hegemônico neoliberal demanda também a dessimbolização e o empobrecimento do imaginário coletivo e, consequentemente, o desaparecimento dos grandes Outros. Dessa maneira, inaugurou-se uma crise de legitimidade para o exercício do poder familiar. Por essa via, abordamos o conceito de transdução (Dufour, 2008) como sendo relevante para compreendermos como as mudanças na economia mercantil reverberam nos diferentes âmbitos da organização da vida social.

A insegurança diante de um futuro incerto ou do risco de descenso social quando articulada com a perda de legitimidade das funções parentais, conforme aponta Lebrun (2008), configura o modo de se relacionar com as crianças e, por conseguinte, de

compreendê-las. A primazia atribuída à expectativa de um futuro economicamente estável faz com que os sujeitos infantis se tornem objeto de investimento precoce por parte das famílias, dos sistemas de ensino e dos entes governamentais, para o desenvolvimento de habilidades, aptidões e competências de alto rendimento. Além disso, Lebrun (2008) indica que o temor da perda do amor filial e a possibilidade de as crianças participarem das decisões acerca do orçamento familiar torna o público infantil objeto de publicidade. No que tange à focalização do investimento em capital humano na infância, apontamos e problematizamos que os estudos da neurociência e da infância têm se valido dessa perspectiva neoliberal na produção e difusão de saberes sobre as crianças que as posicionam como capital humano a ser investido.

Assim, abordamos dois vetores neoliberais que incidem diretamente sobre a infância. O primeiro vetor é a capitalização das habilidades infantis mediante a exploração no presente ou o investimento aguardando retornos futuros. Por sua vez, o segundo vetor refere-se à transformação da criança em um nicho de mercado para o consumo. De modo transversal a ambos os vetores, observamos uma redução antropológica da infância, isto é, um retorno à perspectiva essencialista. Dessa maneira, a noção plural de infância torna-se gradativamente essencializada e reduzida às suas potencialidades de mercado/consumo.

Com efeito, o retorno a uma perspectiva essencialista de homem e, especialmente, de infância tem sido uma marca na sociedade neoliberal contemporânea e, conforme evidenciado em estudos anteriores (Lorenzon; Cenci, 2024b), representa um risco à coesão social, na medida em que pode resultar em cidadãos atomizados e predispostos a unirem-se em hordas gregárias, ou seja, há o permanente risco da eclosão da barbárie. Em tal perspectiva, mesmo reconhecendo o risco da latência da barbárie, percebe-se que a concepção essencialista de infância se encontra onipresente nas políticas públicas, nas relações pedagógico-institucionais e familiares com os sujeitos infantis, a ponto de tornarem-se uma narrativa de senso comum. Diante disso, argumentamos que os Estudos da Infância contemplam a discussão em torno dos significados antropológicos do conceito de infância, problematizando os processos de constituição de uma infância unidirecional.

REFERÊNCIAS

ALEMÁN, Jorge. **Horizontes neoliberales en la subjetividad**. Olivos: Grama Ediciones, 2016.

ARAÚJO, Aloísio. **Aprendizagem infantil**: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Brazil Human Capital Review**: investing in people. 2022. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099359007012217076/pdf/IDU0c9bcb58a08ac704dbe081eb077b28ef22453.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

BANCO MUNDIAL. **El financiamiento de la educación en países en desarrollo**: opciones de política. Washington: Banco Mundial, 1987. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/614071468163754682/pdf/82260PUB0SPANISH0Box70021B01PUBLIC1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington: Banco Mundial, 1995. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/274211468321262162/pdf/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Lei n.º 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. A comodificação da docência no currículo de livros didáticos para docentes de pré-escola. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 18, n. 1, p. e6783119, 2024. DOI: https://doi.org/10.14244/reveduc.v18i1.6783.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. O investimento na formação do cidadão do futuro: a aliança entre economia e Educação Infantil como estratégia da governamentalidade contemporânea. **Educar em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 229-253, abr. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-4698144920.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Práticas de governamento em livros de formação de professores de Educação Infantil: sensibilidades, disposições e conscientizações em discursos. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 84-104, out. 2018. DOI: https://doi.org/10.20396/etd.v21i1.8650981

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; SILVA, Roberto Dias da. Currículos socioemocionais, habilidades do século XXI e o investimento econômico na educação: as novas políticas curriculares em exame. **Educar em Revista**, Belo Horizonte, n. 63, p. 173-190, jan.-mar. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.44451.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CENCI, Angelo Vitório. Neoliberalismo, capital humano e educação. *In*: FÁVERO, Altair A.; TONIETO, Carina; CONSALTÉR, Evandro (org.). **Leituras sobre educação e neoliberalismo**. Curitiba: CRV, 2020. p. 87-106.

CHARLOT, Bernard. **Educação ou Barbárie?**: uma escolha para a sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CUNHA, Flávio; HECKMAN, J. James. Capital Humano. *In*: ARAÚJO, A. (coord.). **Aprendizagem infantil**: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011. p. 09-34.

DALBOSCO, Claudio A. **Educação e condição humana na sociedade atual**: formação humana, formas de reconhecimento e intersubjetividade de grupo. Curitiba: Appris, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças**. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia Freud, 2008.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FÁVERO, Altair Alberto; MIKOLAICZIK, Daniê Regina. A corrosão dos cursos de licenciatura no Brasil: o tensionamento entre estado e políticas neoliberais na formação de professores. **Revista Literatura em Debate**, Frederico Westphalen, v. 19, n. 33, p. 4-19, 2024. DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2024.19.33.04-19.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **"É tudo novo", de novo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

FRIEDMAN, Milton. **Livre para escolher**: um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. *In*: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada**: da Renascença ao Século das Luzes. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 305-320.

GIANETTI, Eduardo. **Vícios privados, benefícios públicos?**: ética na riqueza das nações. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARBISON, Frederick; MYERS, Charles A. **Educação, Mão de Obra e Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich A. **A constituição da liberdade**. São Paulo: Avis Rara, 2022a.

HAYEK, Friedrich A. **Direito, legislação e liberdade**: a democracia em um país verdadeiramente livre. São Paulo: Avis Rara, 2023a.

HAYEK, Friedrich A. **Direito, legislação e liberdade**: os equívocos das políticas de justiça social. São Paulo: Avis Rara, 2023b.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. 2 ed. São Paulo: Editora LVM, 2022b.

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HONORÉ, Carl. **Sob pressão**: criança nenhuma merece superpais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

LEBRUN, Jean-Pierre. **A perversão comum**: viver juntos sem outro. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2008.

LEBRUN, Jean-Pierre. **Um mundo sem limites**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2004.

LORENZON, Mateus; CENCI, Angelo Vitório. A ausência da discussão antropológica no contexto Neoliberal: reflexões acerca da educação frente a latência da barbárie. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 13, n. 3, p. 1-20, 2024a. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v13n3a2024-71715.

LORENZON, Mateus; CENCI, Angelo Vitório. A infância em face da racionalidade neoliberal: midiatização e dessimbolização da linguagem em sociedades complexas. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 17, n. 1, p. 187-205, mar. 2024b. DOI: https://doi.org/10.18764/2358-4319v17n1.2024.10.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidirecional**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou Da Educação. São Paulo: Edipro, 2017.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: Neoliberalismo versus Democracia. Petrópolis, RS: Boitempo, 2018.

SCHOR, Juliet B. **Nascidos para comprar**: uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo. São Paulo: Editora Gente, 2009.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1973a.

SCHULTZ, Theodore W. **O Valor Econômico da Educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1973b.

SCHULTZ, Theodore W. **Investindo no povo**: o segredo econômico da qualidade da população. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1987.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SILVA, Cristiano da Costa; SOUZA JÚNIOR, José Ronaldo; OLIVEIRA, Tarsylla da S. de G. Índice de qualificação do trabalho agregado e desagregado por setores. **Carta de Conjuntura – IPEA**, n. 56, Nota de Conjuntura 26, jun. 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/09/220920_cc_nota_26_IQTv02.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SOBRE OS AUTORES

Mateus Lorenzon
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo (PPGEdu/UPF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (PROSUC/CAPES).
E-mail: mateusmlorenzon@gmail.com

Rodrigo Saballa de Carvalho
Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS). Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na área da Educação Infantil. Doutor em Educação (UFRGS). Líder do Grupo de Pesquisa em Currículo, Linguagens e Cotidianos de Bebês e Crianças Pequenas (CLIQUE/CNPQ/UFRGS).
E-mail: rsaballadecarvalho@gmail.com

Artigo recebido em 23/01/2025.
Artigo aceito em 20/05/2025.